



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO-ES

OF.GAB.PMCC n.º 070/2020

Conceição do Castelo-ES, 15 de Abril de 2020.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Conceição do Castelo –
ES

DINNER PINON

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Objetiva pelo presente instrumento, **ENCAMINHAR** para apreciação e aprovação o Projeto de Lei abaixo relacionado:

- PROJETO DE LEI N.º 0030/2020 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE EXEPCIOI AL INTERESSE PÚBLICO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDE NCIAS

Atenciosamente,


Christiano Spadetto

Prefeito de Conceição de Castelo - ES

Processo: 7409/2020
Tipo: Projeto de Lei Executivo: 30/2020
Área do Processo: Legislativa
Data e Hora: 15/04/2020 08:09:29
Procedência: Prefeito Municipal
Assunto: Autoriza a contratação de servidor por tempo determinado para atender as necessidades de excepcional interesse público, para o exercício financeiro de 2020, e dá outras providências.

JUSTIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº. 0030/2020

**COLENDIA CAMARA,
SENHORES VEREADORES,**

Em 30 de Março de 2020, o Senhor Secretário de Obras e Serviços Urbanos, Cleone José Lordelo Batista, encaminhou a esta Prefeitura o Ofício nº 032/2020, informando sobre a necessidade de contratação de servidor público para exercício da função de pedreiro, ajudante de manutenção e jardineiro.

As Secretária Municipal manifestaram suas urgências nas contratações temporárias destes já que a função de pedreiro e de ajudante de manutenção é indispensável para os reparos ao Patrimônio Público Municipal.

Como pormenorizado no corpo do Projeto de Lei, as funções serão ocupadas por candidatos classificados e aprovados em Processo Seletivo Simplificado, a ser laborado.

Neste ensejo, ante o exposto sobre a matéria em tela, solicitamos também o apoio do Poder Legislativo Municipal, apreciando e aprovando em regime de urgência o Projeto de Lei que ora lhe é submetido.

Conceição do Castelo/ES, 15 de ABRIL de 2020.


CHRISTIANO SPADETTO
Prefeito de Conceição do Castelo/ES

PROJETO DE LEI Nº. 0030/2020

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições: Faz saber que a Câmara aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar contrato administrativo de Prestação de Serviços, em regime especial instituído por esta Lei, pelo período correspondente a data da contratação até 31 de dezembro de 2020, para ocupar a seguinte função:

Nº	FUNÇÃO	VAGAS
01	Pedreiro	02
02	Ajudante de Manutenção	01
03	Jardineiro	01

§ 1º A contratação é para atender às necessidades temporárias da Administração Municipal.

§ 2º A contratação terá o prazo de vigência contado da data da contratação até 31 de dezembro de 2020.

§ 3º É vedado, sob pena de responsabilidade administrativa e a consequente nulidade do ato:

I - Desviar da função o profissional contratado;

II - Contratar servidor público, Federal, Estadual ou Municipal, exceto nos casos de acumulação legal de cargos públicos permitidos em Lei.

Art. 2º A remuneração do contratado na forma desta Lei respeitará ao que for definido pela legislação própria municipal para o cargo de mesmas atribuições e complexidade constantes da estrutura administrativa do Município, não se equiparando a quaisquer cargos da estrutura administrativa do município para qualquer outro fim.

Art. 3º O contratado na forma desta Lei exercerá suas atividades diárias de acordo com as atribuições previstas para o mesmo cargo da estrutura administrativa do Município.



Art. 4º O contratado, nos termos desta Lei, exercerá suas atividades em horário ou escala determinado no contrato e/ou atos administrativos próprios, de acordo com a necessidade da Administração.

Art. 5º O Contratado na forma desta Lei, está sujeito aos mesmos deveres, proibições e responsabilidades vigentes para os Servidores Públicos Municipais, estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, além do previsto no respectivamente Contrato.

Art. 6º O Contrato Administrativo para prestação de serviços poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos.

I - Por conveniência da Administração Pública;

II - Quando o contratado incorrer em qualquer falta disciplinar prevista no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

III - A pedido do Contratado;

IV - Com o término do Processo Seletivo Simplificado vigente.

Art. 7º Assegura-se ao Contratado na forma desta Lei, os seguintes direitos:

I - Décimo-terceiro vencimento com base na remuneração integral;

II - Recebimento de indenização de férias com pelo menos um terço do salário normal;

III - Salário Família para seus dependentes, na mesma forma prevista para o Servidor Público Municipal;

IV - Repouso semanal remunerado preferencialmente aos domingos;

V - Adicional noturno, de insalubridade e de periculosidade, quando for o caso;

VI - Ausência remunerada ao serviço por cinco dias consecutivos em caso de casamento e também por cinco dias consecutivos em caso de falecimento de cônjuge, companheiro, pais, filhos e irmão.

VII - Ausência remunerada ao serviço por no máximo 05 (cinco) dias consecutivos para acompanhar o filho, menor de 04 (quatro) anos de idade, exclusivamente em caso de internação hospitalar e no período correspondente ao da internação, devidamente comprovado por atestado médico e laudo social, assim como o comprovante de internação hospitalar, constando a data de início e fim da internação.

VIII - O Servidor Público terá direito, pelo nascimento ou adoção de filhos, na Licença Paternidade de 20 (vinte) dias consecutivos.

§ 1º Considerando a natureza da contratação temporária com período inferior a um ano, o contratado na forma desta Lei não gozará suas férias anualmente. Entretanto, por ocasião da rescisão do contrato, o 13º salário e as férias

serão pagos de forma indenizatória e proporcionalmente ao tempo efetivamente trabalhado.

§ 2º Os direitos garantidos aos servidores efetivos do Município, não previstos nesta lei, não serão estendidos ao servidor contratado, por se tratar de regime diverso.

Art. 8º Fica assegurado aos contratados na forma desta Lei os direitos previdenciários estabelecidos pelo Regime Geral da Previdência Social.

§ 1º O contratado e o contratante recolherão ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) as contribuições Previdenciárias respectivas, na forma da legislação Federal específica.

§ 2º O tempo de serviço prestado em virtude da contratação, nos termos desta Lei, será contado para todos os efeitos previstos em lei.

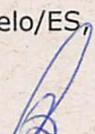
Art. 9º O recrutamento de pessoal a ser contratado nos termos da presente lei, obedecerá:

I - A existência e o resultado final de Processo Seletivo, caso esteja em curso, respeitada a lista de contratação;

Art. 10 As despesas decorrentes das contratações previstas nesta Lei, correrão à conta do orçamento do município, exercício 2020.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Conceição do Castelo/ES, 15 de ABRIL de 2020.


CHRISTIANO SPADETTO
PREFEITO MUNICIPAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
(Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000)**

DISPÕE SOBRE A ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO EM CUMPRIMENTO AO ESTABELECIDO NOS ARTIGOS 15, 16, 17 E 21 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, REFERENTE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE DOIS PEDREIRO, UM AJUDANTE DE MANUTENÇÃO E UM JARDINEIRO.

CONSIDERANDO que os atos de criação ou aumento de despesa deverão estar sempre acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma de que tratam os art. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

CONSIDERANDO que qualquer aumento de despesa requer adequação orçamentário-financeira com a lei orçamentária e com as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias,

CONSIDERANDO que poderá ser irregular, não autorizada e lesiva ao patrimônio público a geração de despesa que não atenda às condições da Lei de Responsabilidade Fiscal, acarretando maiores responsabilidades para o ordenador de despesas da unidade gestora,

CONSIDERANDO que o foi solicitado a contratação temporária de dois Pedreiros, um Ajudante de Manutenção e um Jardineiro.

O presente relatório de impacto visa atender ao disposto na Constituição Federal (Art. 169) e Lei Complementar nº 101/00 (Art's. 16 e 17), no que se refere à concessão de

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

benefício e assunção de despesa de caráter continuado, respectivamente. A remuneração do referidos cargos é de R\$ 1.221,85 + 244,37 (20% adicional de insalubridade) para o cargo de Pedreiro, R\$ 1.071,46 + 214,29 (20% adicional de insalubridade) para o cargo de Ajudante de Manutenção e R\$ 1.071,46 + 214,29 (20% adicional de insalubridade).

Segue memória de cálculo dos impactos:

Exercício de 2020

Especificação	Valor Mensal	Valor total no Ano	13° Salário	1/3 Férias	23 % INSS	Total Geral
Servidores contemplados (04)	5.503,94	44.031,52	3.669,29	1.834,64	11.393,15	60.928,60
SOMA	5.503,94	44.031,52	3.669,29	1.834,64	11.393,15	60.928,60

Exercício de 2021

Especificação	Valor Mensal	Valor Anual	13° Salário	1/3 Férias	23 % INSS	Total Geral
Servidores contemplados (04)	5.503,94	66.047,28	5.503,94	1.834,64	16.878,74	90.264,60
SOMA	5.503,94	66.047,28	5.503,94	1.834,64	16.878,74	90.264,60

Exercício de 2022

Especificação	Valor Mensal	Valor Anual	13° Salário	1/3 Férias	23 % INSS	Total Geral
Servidores contemplados (04)	5.503,94	66.047,28	5.503,94	1.834,64	16.878,74	90.264,60
SOMA	5.503,94	66.047,28	5.503,94	1.834,64	16.878,74	90.264,60

ESTIMATIVA DE GASTOS

Discriminativo	Exercício 2020	Exercício 2021	Exercício 2022	Origem dos Recursos
Vencimentos e Encargos Sociais	60.928,60	90.264,60	90.264,60	Rec. Ordinários

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PLANO PLURIANUAL (X) Adequada () Inadequada	A Despesa objeto do presente estudo está compatível com o PPA.
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (X) Adequada () Inadequada	É compatível com as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para exercício financeiro de 2020
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (X) Adequada () Inadequada	Existe Dotação Orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual para atender as despesas decorrentes nas seguintes rubricas: 31900400000 e 31901300000 Fonte de Recursos: Recursos Ordinários

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PREVISÃO DE IMPACTO SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos 12 meses	42.284.535,40
Gastos totais com pessoal acumulados nos últimos 12 meses	19.523.062,60
Percentual atual de comprometimento de gastos com pessoal	46,17
Acréscimo nos gastos com a criação do cargo proposto: <u>No exercício Financeiro em Curso</u>	60.928,60
Gastos totais projetados para o <u>exercício financeiro em curso</u> com o aumento proposto.	19.583.991,20
Receita Corrente Líquida Prevista para o exercício financeiro em curso	41.500.000,00
Percentual de gasto com pessoal a ser comprometido no exercício financeiro em curso com o aumento proposto	47,19
Considerações e/ou Ressalvas:	O comprometimento da despesa para o exercício de 2020 com o acréscimo proposto será a partir do mês de Maio do corrente ano.

A correta interpretação do Art.16 da Lei de Responsabilidade Fiscal está na expressão aumento de despesa disposta no seu caput – in verbis.

Art.16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarreta aumento de despesa será acompanhada de:

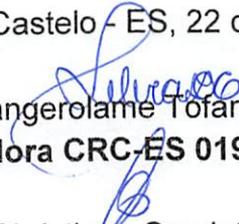
I- estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deva entrar em vigor e nos subseqüentes;

II- declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Conceição do Castelo - ES, 22 de Abril de 2020.


Silvia Zangerolame Tofano Matielo
Contadora CRC-ES 019441/O-0


Christiano Spadetto
Prefeito Municipal